



Você sabia que: Estado mínimo significa **menos investimento** em saúde, educação, segurança e assistência social?

A PEC 32 retira a estabilidade dos servidores públicos, permite a redução de salários, inclusive de aposentados, e **abre espaço para apadrinhados políticos.**

PEC 32

impacta em todas as esferas do serviço público

Págs. 11 a 15

No Brasil, os funcionários públicos representam **apenas 12,5% do total dos trabalhadores brasileiros**, atrás de Suécia (28,8%), França (21,9%) e Estados Unidos (15,2%).

Desde a década de 90 os governos neoliberais brasileiros vêm realizando privatizações e só tem **aumentado a dívida pública.**

Estado perde 30 mil servidores entre 2015 e 2021

Páginas 4 e 5

Sindicato lança campanha salarial

Página 7



Antônio Augusto Medeiros
Diretor-presidente do Sintergs

Juntas e juntos para frear retrocessos

Apesar de estarem há sete anos sem reposição da inflação, os servidores do Poder Executivo estão segurando a onda da pandemia. É um momento de grandes desafios para o serviço público, sem promoções e com perdas de direitos para o funcionalismo no Rio Grande do Sul. Se somam a este cenário os ataques do governo federal, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, que extermina o serviço público e as políticas sociais no País.

Nesta edição do informativo, trazemos informações aprofundadas sobre a proposta de reforma administrativa. Nossa intenção é dar subsídios para o entendimento dos riscos que este projeto representa e alertar a todos os associados. Leia atentamente, converse com seus colegas e procure o sindicato para esclarecer dúvidas. A mobilização é fundamental para

barrar propostas como esta.

Estamos atentos lá e aqui. No RS, o Sintergs abriu canal de negociação com o governo para tratar da reestruturação das carreiras. A diretoria do sindicato protocolou em junho uma proposta de reformulação das carreiras de analistas de projetos e políticas públicas, extranumerários e especialistas em Saúde. A reivindicação é por nova matriz salarial por subsídio e a progressão na carreira por meio de promoções.

O fortalecimento dos sindicatos tem papel essencial no momento político que estamos vivendo. Precisamos de um sindicato forte para dar conta destes desafios impostos para todos os servidores públicos, que amargam com a falta de valorização do seu trabalho. É imprescindível somar esforços para ter unidade e vencer esta guerra.

O coronavírus trouxe a certeza de que este enfrentamento necessita de um Estado forte e robusto que, diante deste cenário pandêmico, tenha condições de implementar novas políticas públicas e fortalecer as já existentes. São os servidores que sustentam, apoiam e executam essas políticas, fazendo o serviço público chegar até a população, desde a saúde até a segurança.

Está na hora de o servidor público tomar consciência da sua importância e do seu papel social. E também é hora de tomar decisões políticas responsáveis e coerentes. Só assim poderemos colher o que plantamos e contribuimos para que a sociedade seja mais justa e igualitária. Contamos com a participação de todas e todos nesta luta para frear os retrocessos que estão ocorrendo e os que estão por vir. ■

TRABALHO E RENDA

Poder de compra dos servidores caiu 38,5% em cinco anos



Foto: Maria Ana Krack/PMPA

O poder de compra dos trabalhadores do Executivo estadual caiu 38,5% entre 2015 e 2020, segundo estudo divulgado em abril pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), considerando o índice do IPCA-IBGE. O percentual equivale a R\$ 5 bilhões e leva em conta apenas a falta de reposição da inflação no período.

“Estes números demonstram a superexploração dos servidores públicos do poder executivo que continuam exercendo suas funções no combate à pandemia. Mostrando a face de uma política nefasta de diminuição do Estado e precarização dos serviços públicos. Rasgando a Constituição Federal e transformando o Estado em subsi-

diário, agindo apenas onde não há interesse do mercado”, explica Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs.

Em tempos de pandemia, ficou ainda mais evidente a importância dos servidores públicos para a sociedade. Toda e qualquer política de governo passa pelos trabalhadores das esferas federal, estadual e municipal, especialmente o combate ao coronavírus. “O que se vê é o descaso generalizado, onde a maior parte das categorias em nível estadual está há sete anos sem nenhum tipo de reajuste.”

O estudo destaca que as categorias da iniciativa privada têm uma data base de negociação com a patronal, enquanto os trabalhadores públicos ficam à mercê dos

gestores executivos. São estes que, unilateralmente, definem quando irão ou não negociar com os servidores. De acordo com o Dieese, além dos salários, as negociações incluem “condições de trabalho, atuação das pessoas na prestação do serviço, desempenho das funções, qualidade da prestação dos serviços, o que vem a ser de interesse social”.

Cabe ainda destacar que a Constituição Federal de 1988 atribui ao servidor o direito de ter sua remuneração anualmente revista. Porém, a lei não é cumprida. Falta transparência nas alegações de restrições orçamentárias e ajustes fiscais. Sobra, como sempre, para o servidor, o lado mais fraco nesta equação.

TRABALHO

Serviço público estadual do RS perde 30 mil trabalhadores de 2015 a 2021

O número de servidores do Poder Executivo do Rio Grande do Sul reduziu 19,7% nos últimos seis anos, caindo de 153.040 trabalhadores ativos em 2015 para 122.852 em 2021. Em contrapartida, a população do Estado que era de 11,175 milhões habitantes em 2015 cresceu para 11,442 milhões em 2020. Os dados são de estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a pedido do Sintergs.

“São 247 mil pessoas a mais para serem atendidas com 30.188 servidores a menos”, ressalta Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs. Infelizmente, acrescenta o dirigente, os trabalhadores do Poder Executivo estão diminuindo a cada dia. “Além de comprometer a prestação de serviços

para a população, a redução de pessoal impõe sobrecarga aos servidores da ativa”, comenta Medeiros. O motivo é a falta de concurso para reposição de pessoal, já que muitos se aposentaram e outros desistiram da carreira do Estado.

O número de pessoas contratadas para o setor público em relação ao conjunto da população é um meio de compreender a evolução da demanda e da oferta de serviços, explica a economista Anelise Manganelli, do Dieese. “O governo não está repondo trabalhadores que estão indo para a inatividade e outros que estão abandonando o Estado. A precarização das condições de trabalho para os que ficam poderá inviabilizar a entrega do serviço público”, comenta a economista.

Servidores estaduais ativos no Poder Executivo do RS*

Ano	Número de vínculos ativos	Variação absoluta	Variação percentual
2015	153.040		
2016	143.523	-9.517	-6,2%
2017	138.045	-5.478	-3,8%
2018	133.547	-4.498	-3,3%
2019	130.980	-2.567	-1,9%
2020	124.402	-6.578	-5,0%
2021	122.852	-1.550	-1,2%
Variação de 2021/2015		-30.188	-19,7%

*Dados referentes ao mês de março de cada ano. Fonte: Dieese, a partir de dados do Painel de Pessoal da Secretaria da Fazenda

Secretaria Estadual da Saúde tem redução de 29,2%

Entre os servidores da SES, a redução é ainda mais expressiva. Em 2015, o RS tinha 4.547 servidores na ativa. Em 2021, este número caiu para 3.219. Em números absolutos, são 1.328 pessoas a menos, o que significa

uma queda de 29,2%. “Esta situação é alarmante, ainda mais em tempos de pandemia. A demanda por trabalhadores desta área só aumenta e muitos têm trabalhado além da carga normal”, pondera o presidente do Sintergs.

Servidores estaduais ativos na Secretaria da Saúde do RS*

Ano	Número de vínculos ativos	Variação absoluta	Variação percentual
2015	4.547		
2016	4.312	-235	-5,2%
2017	3.944	-368	-8,5%
2018	3.681	-263	-6,7%
2019	3.849	168	4,6%
2020	3.532	-317	-8,2%
2021	3.219	-313	-8,9%
Variação 2021/2015		-1.328	-29,2%

Brasil tem menos servidores do que Suécia, França e EUA

Segundo estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicado em outubro de 2020, somente 12,5% dos trabalhadores brasileiros estão no setor público. Entre os os países membros da organização, que estão entre os mais desenvolvidos do mundo, 21,1% dos trabalhadores estão no setor público. O Brasil tem menos funcionários públi-

cos que países como Suécia (28,8%), França (21,9%), Canadá (19,4%), Espanha (15,3%), Itália (13,4%) e até menos que os Estados Unidos, país de tradição liberal, onde 15,2% dos trabalhadores atuam no serviço público.

Os vizinhos latino-americanos, Argentina e Uruguai, têm 17,2% e 15% de seus trabalhadores no serviço público, respectivamente.



Valdir Bandeira Fiorentin
Diretor de Comunicação

A carreira de servidor público já foi almejada por conciliar a realização pessoal com a profissional. Quando era nomeado por concurso público, o trabalhador tinha um plano de carreira, segurança para atuação e expectativa de progressão. Triênios e bônus por permanência aos 15 e 25 anos serviam de estímulo para se manter no setor público.

Nos últimos anos, a retirada de direitos precarizou as condições de trabalho, situação que piorou nos governos Sartori e Eduardo Leite. As três últimas administrações do PT, MDB e do PSDB aumentaram a alíquota de desconto para a previdência e excluíram a integridade da pensão acima do teto do INSS. Mais recentemente, o tempo de serviço para aposentadoria foi ampliado. Além disso, foram retiradas as vantagens por tempo de serviço, incluindo licença-prêmio.

Reestruturação é base para preservar os direitos dos servidores

Em sete anos, as promoções se tornaram pouco significativas e sem regularidade e não houve qualquer correção salarial, nem a reposição da inflação. Para se ter uma ideia, neste período, o poder de compra do servidor analista de projetos e políticas públicas e especialista em saúde caiu 42%, considerando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). E, diferentemente dos trabalhadores da iniciativa privada, o funcionalismo não tem data base de negociação.

Não bastassem as perdas salariais e de direitos, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32 pretende acabar com a estabilidade dos servidores, abrindo brecha para o compadrio e a politicagem. Instituições isentas correm sérios riscos com a reforma administrativa, até pela fragilidade nas relações de trabalho.

Ao desestimular a qualificação de seus servidores, estas políticas parecem ter sido orquestradas para destruir o serviço público. Diante deste cenário, é de fundamental importância a reestrutura-

ção das carreiras por subsídio e a adoção de um programa efetivo de promoções, para motivar os servidores e combater a perda de cérebros de atividades estratégicas do Estado.

Recentemente, o Sintergs abriu um canal de negociação com o Executivo ao apresentarmos uma proposta inicial de reestruturação das carreiras dos servidores. Somente a partir de regras simplificadas e justas, teremos transparência na gestão.

Nos mantemos alertas e em constante disposição ao diálogo, mas precisamos mostrar para a sociedade gaúcha a real situação do funcionalismo. Por isso, lançamos recentemente uma campanha publicitária de valorização dos servidores públicos. É urgente restabelecer o status salarial dos trabalhadores que planejam, fiscalizam e executam as políticas do Estado. Somente assim, o Rio Grande do Sul conseguirá manter em seus quadros os servidores qualificados e dispostos a transformar a sociedade a partir de um Estado mais desenvolvido e justo. ■

REPOSIÇÃO JÁ

Sintergs lança campanha de valorização

Promoções, reposição de perdas e plano de carreira são os três pilares da campanha de outdoors, rádio e redes sociais lançada pelo Sintergs em maio. A ação é uma resposta do sindicato ao descaso dos sucessivos governos com o funcionalismo. O objetivo é reivindicar a valorização dos servidores do Poder Executivo, com equidade entre as diversas categorias.

Na ação, foram espalhados por todo o Rio Grande do Sul: Porto Alegre, na BR-116, entre Canoas e Novo Hamburgo, além de Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Erechim, Livramento e Cachoeira do Sul. Desde a segunda quinzena de maio, a Rádio

Gaúcha veicula spots e citações ao vivo. A campanha no programa Timeline tem duração de três meses.

“Precisamos de uma reestruturação que efetivamente valorize as carreiras do Poder Executivo”, enfatiza o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Meideiros, sobre a necessidade de repensar os planos de carreira. “São estes servidores que estão segurando a onda na pandemia, nas mais diversas frentes de trabalho”, acrescenta o diretor de Comunicação do sindicato, Valdir Fiorentin, lembrando que o funcionalismo está há sete anos sem reposição da inflação e há sete anos sem promoções.



Servidores pedem isonomia nas promoções

O Sintergs solicitou, em maio, audiência com o secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos Júnior para tratar de promoções para os especialistas em saúde e analistas em políticas públicas.

O sindicato cobra isonomia de direitos entre as categorias, após o governo conceder promoções apenas para servidores da Segurança Pública e da Administração Penitenciária. Para a direção do sindicato, os trabalhadores do Executivo merecem tratamento igualitário, até porque continuaram trabalhando durante a pandemia.

Sindicato propõe a reestruturação das carreiras

O Sintergs abriu um canal de negociação com o governo e, devido à urgência, apresentou em junho uma proposta inicial de reestruturação das carreiras de analistas de projetos e políticas públicas, extra-numerários e especialistas em Saúde. O entendimento do sindicato é que há interesse por parte do governo de criação de subsídio.

Para o sindicato, a reestruturação é uma forma de modernizar a estrutura, possibilitando que servidores atuem em outras secretarias sem prejuízos a suas remunerações.

Lockdown e a pandemia dos esquecidos

Elpídio Jaques de Borba
Vice-presidente do Sintergs

Raquel Fiori
*Diretora de Assuntos
Previdenciários e Saúde*

Sem um modelo epidemiológico sanitário de controle, e com uma taxa de vacinação baixa e de transmissão alta, há o risco de o Brasil comprometer a eficácia das vacinas diante das variantes do coronavírus. Cabe denunciarmos como criminosa a estratégia de liberar comércio e atividades não essenciais, colocando em risco a trabalhadores. Isso porque este modelo admite o aumento da mortalidade dos mais pobres, que não têm acesso a meios que possam salvar suas vidas.

Neste cenário, encontramos as famílias em um alto nível de estresse, com adaptação em seus trabalhos, lazer e afazeres, onde tempo e espaço adquiriram novo significado. Em meio ao caos, as crianças foram privadas do convívio com amigos, familiares e professores. Mesmo com alguns estudos relatando que crianças, em geral, não manifestam os sintomas graves da Covid-19, estas

não podem ser esquecidas.

Hoje, o Brasil é destaque na desinformação relacionada a medicamentos e nas populares fake news sobre a doença, indicando que as evidências científicas não estão sendo captadas pelo debate público. Inclusive, iniciativas governamentais incentivaram o uso de medicamentos sem comprovação científica para a prevenção ou tratamento da Covid-19. Estes medicamentos são, inclusive, desaconselhados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Agência Americana de Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA) para a doença.

A crise sanitária revelou as falhas e os esquecidos do sistema de proteção social. Foi preciso o choque da pandemia para que a fragilidade financeira destes trabalhadores voltasse a ser vista como um problema que o país precisa enfrentar. Existe um estrato da população que se

sente excluído dos diversos “privilégios”.

Fato é que a crise oriunda da Covid-19 não tem precedentes e seu desfecho ainda é incerto, principalmente em relação ao desemprego. Neste contexto, a informalidade tende a aumentar enquanto o vírus se mantiver em circulação, denotando que as políticas de distanciamento ou isolamento social e, em alguns casos, lockdown, tendem a restringir a busca por rendimento.

São necessárias ações de proteção às pessoas e às empresas. Este papel cabe aos Estados. Ainda que isso implique no aumento da dívida pública, não há outra saída para minimizar os efeitos da crise. Ademais, a luta em defesa da vida deve estar acima de interesses puramente econômicos e individuais. Não deve ser prerrogativa da área da saúde, mas de todos os setores governamentais e da sociedade civil. ■

PANDEMIA

MPT e Justiça do Trabalho apuram descaso com servidores da Agricultura e da Saúde

O Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu inquérito civil para apurar as condições de trabalho dos servidores das secretarias da Agricultura (Seapdr) e Saúde (SES) do Rio Grande do Sul durante a pandemia. A investigação partiu de denúncias formalizadas em 2020 pelo Sintergs. No caso da Seapdr, o MPT ajuizou uma ação civil pública na 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, considerando insuficientes as ações adotadas pela Pasta da Agricultura.

“Infelizmente foi necessário acionar o MPT devido ao descumprimento das normas de prevenção à Covid-19 e ao descaso com a saúde dos trabalhadores

destas pastas, que vêm atuando presencialmente durante toda a pandemia. O mais contraditório é que as secretarias desrespeitaram a legislação do próprio governo”, comenta Angela Antunes, diretora do Sintergs.

As denúncias foram feitas a partir de informações de associados sobre a ausência de protocolos de saúde e descumprimento da legislação estadual. Nos dois casos, o MPT solicitou providências para as secretarias. Algumas das exigências foram atendidas, como a compra de EPI, álcool gel e adoção de protocolos mais rígidos, conforme constam nos referidos inquéritos.

Sintergs faz vitórias no CAFF e na Escola de Saúde Pública

O Sintergs e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindsepe-RS) fizeram vitórias nos locais de trabalho da Secretaria Estadual da Saúde (SES), situados no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) e na Escola de Saúde Pública.

As visitas ocorreram nos dias 3 e 5 de maio. O objetivo foi averiguar as condições de trabalho dos servidores da saúde que estavam em teletrabalho ou em revezamento com colegas e que retornaram às atividades presenciais esta semana.

“Verificamos um total desregramento dos protocolos de saúde para um retorno com segurança. Mesmo com a vacina, há riscos e os protocolos pre-

cisam ser respeitados”, destacou o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. Os sindicatos vão notificar a SES para que regularize a situação de acordo com as normas previstas no decreto 55.240. Também irão anexar novas informações ao inquérito

em andamento no Ministério Público do Trabalho.

Além de salas superlotadas e sem ventilação, os dirigentes constataram a ausência de protocolos de higiene e saúde, conforme previsto na legis-

lação estadual. Os sindicatos entregaram máscaras e um checklist baseado na legislação estadual para que os servidores possam ficar atentos e seguir acompanhando o cumprimento das normas.



Foto: Guilherme Toniolo

Venda da Corsan pode afetar atendimento a comunidades periféricas

Na iminência de o governo do Estado privatizar a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), o depoimento de dois servidores públicos do Estado evidenciam o risco social da venda de ações. Manifestam preocupação com a perda de controle sobre os rumos do tratamento e abastecimento da água que chega a 6 milhões de gaúchos em 317 municípios, o equivalente a 63%. E também questionam o porquê de se desfazer de uma empresa pública que dá lucro.

“A lógica da iniciativa privada é diferente da estatal, onde há princípios do serviço público que regem a condução do processo”, alerta o geógrafo João Manuel Seixas Osório Trindade Silva, que atua na Divisão de Unidades de Conservação da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e teve passagem pelo Departamento de Planejamento de Recursos Hídricos. “As populações mais carentes podem ficar menos atendidas”, prevê o analista, caso a privatização ocorra.

Segundo Silva, neste cenário, o abastecimento das comunidades dependerá das relações entre a nova empresa e os municípios. “A privatização deveria ser acompanhada de políticas de Estado com regras claras para regular o uso da água e projetos para investimentos em regiões mais necessitadas”, comenta o servidor, ressaltando que a tendência é que os recursos sejam destinados a áreas com populações de maior potencial pagador.

Para o engenheiro civil Valdir Fiorentin, diretor do Sintergs, é um absurdo que um direito humano fundamental seja privatizado. “Temos exemplos concretos de Uruguiana e São Paulo (SP), onde os serviços hídricos foram privatizados e houve substancial aumento das tarifas sem uma efetiva melhoria na qualidade”, ressalta.

Especialista em saúde da Secretaria Estadual da Saúde (SES), o engenheiro químico Luciano Zini teme

pelo atendimento aos municípios menores. Até então, o excedente de arrecadação dos municípios maiores e economicamente viáveis garantia o abastecimento dos pequenos por meio do subsídio cruzado. Com a privatização da Corsan, este mecanismo pode ficar comprometido, já que não há interesse do capital privado de investir onde não há retorno.

“Os lucros vão para a iniciativa privada, e o Estado vai arcar com o déficit”, analisa Zini, fiscal sanitário da SES. “A Corsan é uma empresa superavitária que contribui com a arrecadação do Estado. Qual a intenção por trás disso?”, questiona o servidor da Saúde. Em sua avaliação, o governador Eduardo Leite está considerando apenas a perspectiva econômica, ignorando as questões sociais envolvidas na venda da companhia.

Outro fator que deve ser levado em conta é o intensivo capital aplicado ao longo de décadas na Corsan, fundada em 1966. “É dinheiro público, do contribuinte, para as obras de engenharia. As instalações, as redes coletoras de esgoto, as redes distribuidoras de água e todo esse patrimônio vai subsidiar os lucros de quem chegar sem dar os devidos retornos ao Estado”, alerta Zini, que atua na fiscalização do cumprimento do padrão brasileiro de potabilidade.

Fotos: Arquivo Pessoal



João Manuel Seixas Osório Trindade Silva e Luciano Zini

PEC 32

Reforma administrativa reduz papel social do Estado

A reforma administrativa do governo federal vai flexibilizar as atividades que são responsabilidade do Estado e terá efeitos nefastos. As consequências não se restringem às carreiras dos servidores, impactando ainda no atendimento à população, especialmente aos que dependem de proteção social. Em última análise, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020 irá promover o desmonte da administração pública.

“A PEC desconstrói o conceito de Estado como indutor do desenvolvimento econômico e compromete serviços básicos de saúde, educação e segurança, abandonando os princípios de bem-estar social”, destaca Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs. O dirigente acrescenta que o governo propõe a cisão entre trabalho e proteção social. Ao retirar a estabilidade do funcionalismo, o governo promove a “uberização” das relações de trabalho no serviço público.

Uma das consequências é a precarização do atendimento às necessidades fundamentais da po-

pulação, o que faz parte de um projeto assistencialista. “Precisamos problematizar essa sociedade que está sendo construída à base do assistencialismo até para responsabilizar quem está promovendo essa situação. Há uma cisão entre trabalho e bem-estar, mas não existe solução fora da sociedade salarial”, alerta o auditor público externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), Filipe Costa Leiria, que também é presidente da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública.

Entre as alterações da PEC estão o fim da estabilidade dos funcionários públicos, a extinção gradual dos planos de carreira e a concessão de poder para o presidente organizar a estrutura pública e, assim, reduzir a atuação do Estado para colocá-lo a serviço da iniciativa privada. Ao mesmo tempo em que o servidor que atende diretamente a população e a própria sociedade serão afetados, a proposta do governo não mexe com as carreiras de parlamentares, militares, magistrados, promotores e procuradores.

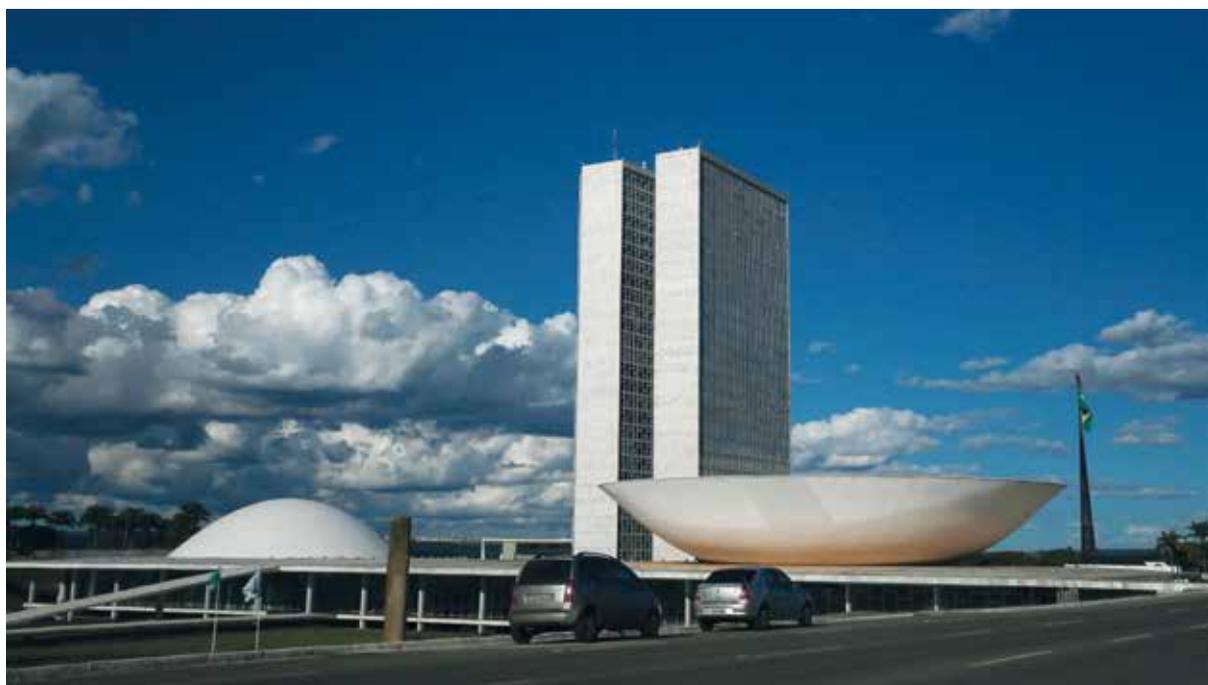


Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Confira as principais mudanças da reforma administrativa do Governo Federal

Fim do regime jurídico único no funcionalismo público

A proposta prevê o fim do chamado Regime Jurídico Único, que regula a relação entre servidores e poder público na União, Estados e Municípios. O governo pretende criar cinco grupos de servidores.

Por concurso público, são três tipos de vínculo:

- Servidores das carreiras típicas de Estado
- Funcionários com contratos de duração indeterminada
- Funcionários com vínculo de experiência

Por seleção simplificada:

- Servidores com contrato temporário (emergenciais ou preventivos)
- Cargos de liderança e assessoramento, com vínculos temporários (atuais cargos de confiança)

Poder presidencial

A PEC altera o artigo 84 da Constituição, concedendo autonomia ao presidente, com poder para extinguir e transformar cargos, reorganizar autarquias e fundações e extinguir órgãos. Hoje, isso só pode ser feito após aprovação de projeto de lei no Congresso.

Fim da estabilidade

A estabilidade passa a ser garantida apenas a servidores de carreiras típicas de Estado. O conceito de carreira típica ou exclusiva de Estado ainda não foi definido e pode ser uma armadilha ao fragilizar a ideia de proteção do serviço público prestado.

Desligamento do servidor

A PEC torna mais frágil a estabilidade. Os trabalhadores poderão ser demitidos nas seguintes situações:

- Por sentença judicial (de órgão colegiado, não necessário ser transitada em julgado).
- Por desempenho insatisfatório, abrindo espaço para avaliações subjetivas, assédio moral e perseguição política no serviço público.

Auditoria Cidadã questiona a proposta do governo federal

Em carta aberta, a associação Auditoria Cidadã da Dívida questiona o Poder Executivo e parlamentares sobre os argumentos e dados que têm sido usados para justificar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da reforma administrativa. O Sintergs é um dos signatários do documento, assinado por dezenas de entidades e enviado esta semana ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

Entre os argumentos, os signatários pontuam que a PEC 32 irá aumentar o custo dos serviços públicos à população. Outro alerta é que a proposta de reforma administrativa exclui a maior parte da população brasileira do acesso aos serviços públicos por meio de uma ampla privatização e terceirização.

Além disso, a PEC modifica profundamente o papel do Estado, que passa a ser regido prioritariamente pelo mercado e seus interesses privados voltados para a obtenção de lucros. Segundo a proposta do governo, o Estado passa a atuar de forma subsidiária, ou seja, 'nas sobras', onde

o setor privado não tiver interesse em atuar", alerta o documento.

A carta também chama a atenção para a chamada PEC Emergencial - PEC 186 que virou Emenda constitucional 109 - que cria gatilhos automáticos para cortar salários de servidores públicos e desviar recursos públicos de áreas essenciais, como Saúde e Educação, para o pagamento da dívida pública que nunca

foi auditada, e que tem crescido por meio de mecanismos injustificados.

Na conclusão, os autores pontuam que a utilização de dados errados e argumentos distorcidos resultam em uma falsa acusação de que o serviço público é responsável pelo rombo financeiro. Porém, o déficit tem sido causado historicamente pelos excessivos gastos com o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública.

"Não houve um debate sequer para formular tal proposta, pois a PEC 32 tem sua gênese em equivocados estudos encomendados ao Banco Mundial, braço do poder financeiro mundial concentrado no BIS, instituição privada que se apresenta como banco central dos bancos centrais", manifesta a carta.

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, composta por entidades da sociedade civil e voluntários que atuam em núcleos organizados no país. Tem como objetivo a realização da auditoria da dívida pública, prevista na Constituição Federal.



CARTA ABERTA
DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO
E AOS PARLAMENTARES

QUESTIONA OS ARGUMENTOS E DADOS USADOS POR AUTORIDADES
PARA JUSTIFICAR A "REFORMA ADMINISTRATIVA" (PEC 32/2020)

Brasília, 1º de fevereiro de 2021

Exmo. Sr.
Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro da Economia
Brasília - DF
gabinete.mministro@economia.gov.br

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, composta por importantes entidades da sociedade civil e pessoas voluntárias que atuam em diversos núcleos organizados em vários estados do país. Tem como principal objetivo estatutário a luta pela realização da auditoria da dívida pública, prevista na Constituição Federal.

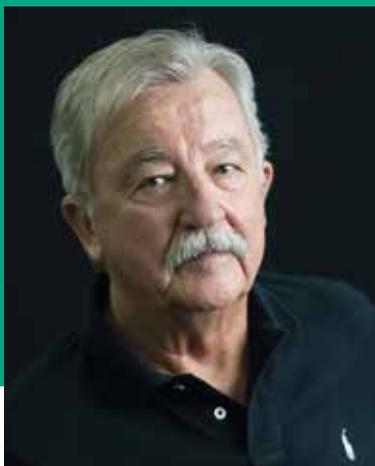
Pela presente Carta Aberta, que conta com o respaldo de dezenas de entidades participantes da campanha É HORA DE VIRAR O JOGO, dirigimo-nos às autoridades do Poder Executivo e aos parlamentares para questionar os argumentos e dados que têm sido usados para justificar a PEC 32/2020, que trata da denominada "Reforma Administrativa".

Primeiramente, insta declarar que, embora apresentada sob o nome de "Reforma Administrativa", a PEC 32 não traz uma reforma administrativa, que deveria estar refletida na organização republicana do Estado destinada a melhorar o funcionamento das instituições públicas e o atendimento à população. Não houve um debate sequer para formular tal proposta, pois a PEC 32 tem sua gênese em equivocados estudos encomendados ao Banco Mundial, braço do poder financeiro mundial concentrado no BIS, instituição privada que se apresenta como banco central dos bancos centrais.

A PEC 32 traz, de fato, uma Reforma Ideológica que modifica profundamente o papel do Estado, o qual passa a ser regido prioritariamente pelo mercado e seus interesses privados voltados para a obtenção de lucros. Tal assertiva fica evidenciada em diversos dispositivos da PEC 32, mas principalmente com a inclusão da "Subsidiariedade" entre os princípios que devem reger a administração pública (Art. 37 da CF). Segundo tal princípio, o Estado passa a atuar de forma subsidiária, ou seja, "nas sobras", onde o setor privado não tiver interesse em atuar. Assim, a PEC 32 segue a ideologia dos que acreditam que o mercado seria capaz de dar respostas às demandas

1

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP:70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail contato@auditoriacidada.org.br - www.auditoriacidada.org.br



Danilo Luiz Chiaradia Krause
2º vice-presidente do Sintergs

Nunca, na história do País, o desmanche do serviço público foi tão grande como está sendo feito neste momento no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados. A reforma trabalhista e da previdência, a extinção de fundações de pesquisa, a venda de empresas estratégicas e agora a reforma administrativa da PEC 32, foram apresentadas com a justificativa de resolver o déficit Brasil, abrir mais empregos e melhorar a prestação do serviço público.

A proposta, que nem ao menos foi debatida com a população, altera substancialmente a Constituição de 1988. Trata da administração pública em geral, dos servidores públicos, dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios, das atribuições do presidente da República, dos ministérios, das Forças Armadas, do Orçamento da União, da Previdência Social e de outras disposições gerais.

As reformas e as suas consequências ao serviço público

A pandemia escancarou a necessidade de o Brasil ter uma legislação pública que fortaleça os serviços e a sociedade brasileira. Antes do coronavírus, já havia uma carência no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Faltavam recursos humanos, financeiros e estruturais, e o sistema já não atendia às nossas necessidades em tempos normais.

A pandemia escancarou também que os setores privados de serviços, comércio e indústria são reféns de recursos públicos. Os governos disponibilizam dinheiro para os bancos, que não colocam à disposição das empresas porque preferem ter a remuneração do Banco Central do que correr qualquer risco. Num ano em que o país teve queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (PIB), os bancos tiveram lucros históricos.

Enquanto isso, a população não tem vacinas, hospitais, emprego, casa, comida e as empresas não têm crédito. Mas ainda querem culpar os servidores. E é por isso que os governantes não permitem que os serviços públicos sejam eficazes,

deixando-os sem recursos para depois privatizá-los com seus amiguinhos, como fizeram com a CEEE, vendendo por míseros R\$ 50 mil.

A PEC 32 foi elaborada para desorganizar o serviço público, prejudicando as carreiras dos servidores e, principalmente, destruindo a prestação de serviço às populações carentes de Saúde e Educação. A proposta também impacta na proteção ao meio ambiente, pelos superpoderes que serão dados ao presidente, que poderá extinguir qualquer órgão federal com um canetaço sem consultar o Congresso.

Por derradeiro, um alerta: se não fosse a estabilidade e o profissionalismo do servidor público, na linha de frente, no combate à pandemia, o número de mortes seria muito maior. Até porque há muito desencontro nas práticas adotadas pelos gestores e, principalmente, porque temos um presidente que não obedece às regras e difunde posturas genocidas à população brasileira. ■

PEC 32

Direitos violados no setor público e privado

“Em uma sociedade composta por uma maioria de trabalhadores, olhamos o cenário de 2021 e só vemos retrocesso, não vemos conquistas”, avalia o professor de Administração Pública Aragon Érico Dasso Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Para o especialista, é importante unir trabalhadores do setor público e da iniciativa pri-

vada e chamar a atenção para as causas que são comuns. “Todos precisam enxergar que seus direitos estão sendo violados”, alerta.

Aragon manifesta preocupação com as medidas que vêm sendo adotadas pelos governos federal e estadual. “Usam roupagens diferentes, mas defendem a mesma política que é a diminuição do Estado. Por isso atacam

os agentes públicos. Para estes governos, o papel do Estado é ser regulador de contratos, e não prestador de serviços.” Exemplo desta política é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32. Segundo o professor, a proposta de reforma administrativa é a continuação de um projeto político que trata a administração pública como descartável.

PEC 32 retoma projeto da década de 1990

Retomando o projeto de redução do papel do Estado, surge a chamada reforma administrativa. “O problema da PEC 32 é que ela é apresentada sem nenhum diálogo, não só com os servidores mas também com o cidadão que recebe o serviço”, pontua Aragon, acrescentando que as reformas de governos ultraliberais ou neoliberais costumam atacar as despesas, por isso a centralidade é a retirada de direitos do agente público. “Bolsonaro seguiu a mesma agenda introduzida no Brasil na década de 1990. A lógica é a mesma”, define o especialista.

Com o enfraquecimento do papel do Estado, os entes públicos serão secundarizados, adverte a socióloga e doutora em Políticas Públicas, Fernanda Costa Corezola. Servidora da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, Fernanda avalia que um dos efeitos mais nefastos da PEC 32 é que o serviço público ficará subjugado a interesses políticos e econômicos do setor privado.

Extermínio já é realidade no RS

Medidas semelhantes à da PEC 32 já estão em vigor no Rio Grande do Sul desde a aprovação da reforma administrativa do governador Eduardo Leite, no final de 2019. “Estamos tendo redução de renda e de direitos. O Estado não consegue mais reter profissionais qualificados”, lamenta a servidora.

Fernanda ressalta que, há mais de seis anos sem receber nenhum reajuste salarial, nem sequer a reposição da inflação, os trabalhadores do Estado não se sentem valorizados e nem motivados. Por esta razão, muitos abandonam a carreira porque são aprovados em outros concursos ou até mesmo em função de oportunidades na iniciativa privada.

Com o esvaziamento das repartições, a servidora enfatiza que vem ocorrendo uma redução significativa na capacidade do Estado de atender às políticas públicas que são de sua responsabilidade. “E o Estado não vai mudar o patamar de desenvolvimento se não reduzir a desigualdade”, pondera Fernanda.

FORMAÇÃO

Sintergs cria Fundação Nhandé Kueri

A criação da Fundação Nhandé Kueri – Espaço de Desenvolvimento Humano e Qualificação do Servidor Público – foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada virtualmente no dia 16 de dezembro com participação de dezenas de associados do Sintergs. “O cenário exige que as ações sindicais sejam baseadas na formação e no debate teórico. Não basta apenas um sindicato

da esquina democrática, que fale em cima do caminhão. Isso importa, mas também é preciso fazer construções teóricas e combater narrativas de políticas de estado mínimo”, reflete Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs. Com objetivo de atender servidores e servidoras públicos do Rio Grande do Sul, ativos e aposentados, a Nhandé Kueri será espaço para:

- Formação político-sindical;
- Desenvolvimento humano inclusivo e continuado;
- Integração, qualificação, valorização, saúde e bem-estar;
- Produção de conhecimento para atuação na realidade social em que vivem e trabalham;
- Formação profissional voltada ao bom cumprimento das funções de Estado de forma socialmente justa, culturalmente plural, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Participante ativo do processo de criação da nova instituição, o diretor de comunicação do Sintergs, Valdir Bandeira Fiorentin, assume a secretaria-geral. “A Fundação nasce da histórica necessidade do movimento sindical de trabalhar a formação política, técnica e cultural dos trabalhadores. Ao concluirmos esta etapa de formatação estatutária, damos início a um movimento de renovação, reciclagem e modernização sindical, que está em sintonia com os desafios atuais.”

Para Medeiros, que assume a presidência, “a Nhandé Kueri servirá para ajudar a construir uma política de desenvolvimento para o Estado. Até porque fazemos parte desse processo: somos os olhos, os braços e o coração de todas as políticas públicas”.

Na assembleia, também foram deferidos o estatuto da entidade, a nomeação e posse dos conselhos Curador e Fiscal, além de outros assuntos relacionados à Fundação.



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Antonio Augusto Medeiros
Secretário-geral
Valdir Bandeira Fiorentin

CONSELHO CURADOR

Diretoria do Sintergs
Angela Antunes de Souza
Nelcir André Varnier
Raquel Fiori

Analistas

Fernanda Costa Corezola
Isabel Oliveira Perna Almeida
Marcio Roberto Teixeira

Especialistas

Claudia de Negreiros Magnus
Fernanda Araujo Britto Velho
Priscilla da Silva Lunardelli

Analistas das áreas ambiental, social, cultural ou da pesquisa

Alessandro Garcia Gomes
Denise Reif Kroeff
Janaína Timm de Souza

Aposentados

Ana Lúcia Touguinha Weidle
Denise Maria da Silva Figueiredo
Hamilton Luiz de Souza Moraes

Representante da CGTB

Rodrigo Kohlrausch Marques

Representante da Assembleia Legislativa

Deputado Jeferson Fernandes,
presidente da Comissão de
Segurança e Serviços Públicos

CONSELHO FISCAL

Carla Lehugeur Marques
Fátima Miranda D'Ávila Pereira
Luciano Homerich Neves da
Fontoura

Suplente

Guilherme Toniolo

PAPEL SOCIAL

Mulheres à frente de políticas públicas



Criado por prostooleh - br.freepik.com

Apesar de fazerem parte das “minorias”, termo que faz referência a grupos que não têm os mesmos direitos em relação a outros, as mulheres são maioria na sociedade e nas universidades brasileiras. No serviço público do Rio Grande do Sul não é diferente. As mulheres representam 63,4% dos servidores de nível superior do Estado, mostra pesquisa feita pela PUCRS em parceria com o Sintergs.

Elas estão nas mais variadas funções, como na linha de frente de combate à pandemia e na fiscalização sanitária, ambiental e agropecuária. No mês da mulher, em março, em que movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores de todo o mundo dão visibilidade às lutas das mulheres, o Sintergs buscou relatos de cinco servidoras, mulheres que atuam à frente de políticas

públicas destinadas a comunidades rurais e urbanas.

“Muitas vezes, a sociedade desconhece o papel social do Estado. As pessoas falam em privatização sem considerar que o prejuízo será da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis. As mulheres, servidoras públicas, são fundamentais nestas atividades, na linha de frente de políticas públicas importantes e inclusivas”, avalia Angela Antunes, diretora do Sintergs.

Neste especial, vamos contar a história de três servidoras que atuam na Divisão de Quilombolas e Indígenas da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, e de duas psicólogas do Ambulatório Melanie Klein, que faz atendimento interdisciplinar no Hospital Psiquiátrico São Pedro.

PAPEL SOCIAL

A importância de o poder público ouvir quem precisa de ajuda



Fernanda Pereira Breda



Maria Ângela Bulhões

Foto: Arquivo pessoal

“A gente só tem aqui para poder falar do que sofre”

é uma das frases mais ouvidas por Maria Ângela Bulhões, psicóloga e psicanalista, que trabalha no Ambulatório Melanie Klein, no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), em Porto Alegre. Para a servidora, a fala resume a importância de políticas sociais do Estado para uma população que não tem condições de pagar por atendimento especializado.

O serviço é fundamental, mas beneficia apenas um pequeno universo de pessoas. “É um trabalho de formiguinha, pois atingimos apenas uma pequena parcela. Porém, quando escutamos uma mulher, conseguimos intervir não só na vida desta pessoa, mas no contexto em que ela circula, na família”, detalha Fernanda Pereira Breda, que também é psicóloga e psicanalista e colega de Maria Ângela no ambulatório.

O atendimento psicológico público e gratuito contribui para a melhora da saúde mental das pessoas de baixa renda, em especial as mulheres. Neste caso, de pacientes encaminhados pela rede básica de saúde dos bairros Agronomia, Lomba do Pinheiro e Partenon, área de atuação do Ambulatório Melanie Klein.

Apesar da dificuldade de todos os públicos em mudar comportamentos, as mulheres são mais abertas para falar. “Estão disponíveis a aceitar ajuda. Se mostrar frágeis não vai torná-las fracas socialmente, diferentemente dos homens. É uma questão cultural e que precisa ser transformada”, considera Maria Ângela.

Algumas mulheres da comunidade se sentem mais à vontade com uma profissional do sexo feminino, revela Fernanda. Isso porque, para muitas, as representações masculinas estão ligadas à violência e elas chegam impossibilitadas de serem escutadas por homens. “A mulher psicóloga no serviço público ajuda a ressignificar as figuras masculinas. São mães que transmitem (esses aprendizados) para seus filhos e que acabam amplificando para a família”, exemplifica.

Fernanda considera um privilégio esse trabalho de acolhimento às mulheres. “Escutamos, sabendo que estamos lidando com situações delicadas, muitas vezes com sintomas de autodestruição de jovens meninas ou violência doméstica. Ao dar lugar a seu sofrimento, os pacientes passam a avaliar o valor das coisas de forma diferente”, afirma. Quando conseguem um avanço, comemoram.

Maria Ângela destaca a importância dos grupos de atendimento. Segundo a psicanalista, estamos perdendo a dimensão do coletivo na sociedade. “Para pessoas tão à margem das forças políticas e econômicas, no coletivo elas se sentem mais potentes, e não o tempo todo impotentes. Uma consegue ajudar a outra”, explica. “No São Pedro, dizemos que todo mundo está acostumado com floresta e nós encontramos terra árida. Mas quando vemos um verde, uma grama, nossa alegria é como se encontrássemos uma floresta”, diz.

Servidoras atuam por autonomia de comunidades indígenas e quilombolas



Diocela de Andrade Gonçalves



Agda Regina Yatsuda Ikuta



Mariana Varella Detoni

Fotos: Arquivo Pessoal

As mulheres são maioria nos setores e departamentos responsáveis pela função social do Estado. Analista agropecuária florestal da Divisão de Quilombolas e Indígenas da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, Diocela de Andrade Gonçalves vê com satisfação a possibilidade de aliar o trabalho técnico ao trabalho social. “O objetivo é aplicar políticas públicas que garantam a subsistência e proporcionem a melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais”, explica. “E o que fica é o bem que a gente faz”.

Com orgulho do trabalho social que faz junto às comunidades rurais, Diocela fala com brilho nos olhos sobre a possibilidade de ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade. “Mudou a minha vida”, afirma a servidora, referindo-se aos aprendizados que tem a partir do convívio com os povos originários. “São conhecimentos e saberes que

deveríamos valorizar”, enfatiza Diocela, que no dia 8 de março completou três anos no Estado.

“O grande desafio é a escuta, em função das diferenças culturais, para entender quais são as demandas. Estamos continuamente aprendendo para contribuir com ações mais efetivas”, avalia a colega de setor Agda Regina Yatsuda Ikuta, também analista agropecuária florestal. A servidora ressalta que a pandemia tornou este desafio ainda maior, já que as necessidades aumentaram em função da insegurança alimentar e nutricional. “Buscamos atuar em parceria com outros órgãos”, acrescenta.

Agda observa que as políticas públicas voltadas a estes grupos são relativamente recentes. “O Estado precisa ser o facilitador de algumas dessas demandas. Para isso, precisamos ter o cuidado de tentar entender a realidade e a complexidade desse público, que histórica-

mente vem sobrevivendo a duras penas”, pontua a servidora, lembrando a importância da empatia para buscar formas de garantir que os direitos dos indígenas e quilombolas sejam respeitados.

Mariana Varella Detoni, que também atua no departamento, define o trabalho como desafiador. “Atuamos para que estas comunidades possam buscar autonomia alimentar por meio da própria produção”, comenta a analista ambiental, que está no Estado desde o final de 2017. “Vamos criando laços e nos envolvendo com as pessoas”, reconhece a servidora, lembrando que este é um trabalho técnico com viés social.

Sobre ser mulher e circular nestes ambientes, Mariana conta que o machismo estrutural é uma realidade que faz parte do dia a dia. “Mas podemos olhar para estas situações e contornar de forma diplomática para focar no que temos a fazer”, acredita a servidora.

POR DENTRO DO SINTERGS

Funcionários mantêm proximidade, apesar do distanciamento



Fotos: Arquivo pessoal

Foto: Carlos Macedo



Colaboração e sintonia. Esse é o espírito da equipe do Sintergs, que desde março do ano passado teve de se adaptar ao distanciamento imposto pela pandemia. O sindicato adotou o trabalho remoto e o revezamento, de forma a preservar a saúde. Hoje, seus trabalhadores estão ainda mais unidos, cooperando para resolver as dificuldades da atividade remota.

“Trabalhamos em parceria. Se tem algum problema, saio em defesa, por-

que considero que quem errou foi a equipe. Afinal, ninguém erra porque quer”, afirma **Jarbas Reis de Lima**, coordenador administrativo do Sintergs, que está à frente do grupo de seis funcionários e um estagiário. Desde 2015 no sindicato, Jarbas, que é bacharel em Marketing, orgulha-se de atuar de forma colaborativa. “Conto com minha equipe sempre que preciso”, diz o gestor, que é visto pelos colegas como um líder que delega responsabilidades.

Histórias que se confundem

Se o associado já ligou ou visitou a sede do Sintergs, certamente já foi atendido por **Maria Luiza Valente da Costa**. Há 21 anos no Sintergs, é a mais antiga funcionária do sindicato. Em seu aniversário de 70 anos, em março, Malu ganhou poesia do diretor Joanes Rosa, bolo e parabéns on-line, com participação de servidores estaduais, diretoria e colegas. Conversar com Malu é conhecer de perto histórias de luta sindical, mobilizações e festas.



Anjo da guarda da informática

Completando 13 de Sintergs este ano, **Alexandro da Silva** é chamado pela equipe interna de “anjo da guarda”. Isso porque o trabalho em informática faz o profissional formado em Análises e Desenvolvimento de Sistemas dar suporte em diversas áreas: recursos humanos, financeiro, comunicação... em funções que vão desde orientação sobre tecnologias até sonoplastia e filmagem.

Comprometimento com o trabalho

Desde que entrou no sindicato, em 2012, a bacharel em Contabilidade **Nara Regina Marques de Oliveira** é responsável por analisar, conferir e encaminhar os pagamentos e auxiliar a contabilidade das atividades financeiras. Mas a vontade de colaborar com os colegas e a curiosidade para entender como a estrutura funciona, faz com que conheça e acompanhe as rotinas de outras áreas.



Organização nas mobilizações

Quem participou de greves conheceu de perto o trabalho da **Cármem Lúcia Azambuja Rodrigues**, assistente administrativa do Sintergs desde 2017. Ela lembra com saudade das mobilizações, e não vê a hora de poder voltar a ir para a rua. Comprometida com o trabalho, após se formar em Serviço Social, decidiu fazer um curso técnico em contabilidade com ênfase em administração.

Relacionamento intersindical

O relacionamento do Sintergs com outras entidades sindicais e movimentos sociais tem a participação de **Éder Pereira**, que trabalha para o sindicato há dois anos. Porém, sua atuação política começou antes, na CGTB, onde é tesoureiro estadual. Seu trabalho consiste em construir parcerias de lutas, como a greve de 2019, quando o Sintergs protagonizou a mobilização, ajudando a organizar os atos.



Engajamento nas manifestações

Os representantes das regionais setoriais e a diretoria do Sintergs conhecem bem o trabalho da auxiliar administrativa **Suria Liz**. Há dois anos no sindicato, já atuou em manifestações e eventos e só não está na rua por causa da pandemia. Na última greve, seu envolvimento e o da equipe foi tal, que muitos não conseguiam dormir, em razão da preocupação com o destino das mobilizações.

Integração com distanciamento

Desde dezembro de 2020 no Sintergs, o estagiário em Direito **Carlos Alberto Machado Alves** se sente acolhido pela equipe, mesmo não conhecendo todos os colegas pessoalmente. É Carlos quem atende associados que buscam informações e as encaminha ao escritório jurídico, quando o tema é mais complexo. Além disso, reúne a documentação dos filiados para anexar nas ações na Justiça.



Foto: Carlos Macedo

NOTAS

Campanha incentiva atualização cadastral

No primeiro semestre de 2021, o Sintergs lançou campanha de atualização cadastral para os associados e para atrair novos filiados. O objetivo é fortalecer o movimento sindical e garantir que informações importantes cheguem para toda a base.

“A atualização cadastral é fundamental para o sindicato se comunicar com seus associados. Dessa forma, os servidores são informados sobre benefícios e possíveis ações judiciais ou administrativas”, pondera Guilherme Toniolo, diretor de Política Salarial do Sintergs.

O sindicato atua em defesa do coletivo dos servidores, defendendo seus direitos e condições de trabalho dignas. Também oferece assistência jurídica e firma convênios, com descontos para associados em serviços, farmácias, entre outros. Para ter acesso a essas vantagens, o filiado deve manter suas informações de contato em dia.



Foto: Carlos Macedo



Ana Touguinha assume ABBTur no RS

A representante dos aposentados na diretoria do Sintergs **Ana Lúcia Touguinha Weidle** assumiu em 1º de janeiro a presidência da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo (ABBTur) no Estado para a gestão 2021/2022. Turismóloga aposentada da Secretaria do Turismo, sua gestão defende a valorização e inserção do turismólogo nas políticas públicas.

Valdir Fiorentin no CAU-RS

O diretor de Comunicação do Sintergs, **Valdir Bandeira Fiorentin**, é conselheiro suplente da gestão eleita para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS) no biênio 2021-2023. Além de fazer parte da Comissão de Exercício Profissional (CEP), o dirigente também integra a nova Comissão de Política Urbana e Ambiental (CPUA) da autarquia.

Foto: Carlos Macedo



Raquel Fiori integra União Gaúcha

A diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde do Sintergs, **Raquel Fiori**, passa a integrar a nova diretoria da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, eleita no dia 3 de maio deste ano. A dirigente assumiu como suplente no Conselho Fiscal, representando o sindicato na gestão 2021/2022. A União Gaúcha reúne 27 entidades representativas de servidores públicos.

SOLIDARIEDADE

Comitê popular arrecadou e doou 17 toneladas de alimentos



Foto: Valdir Fiorentin

O Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 arrecadou 17 toneladas de alimentos e produtos de higiene. As doações foram destinadas a comunidades de 11 territórios da Capital. A mobilização do comitê foi retomada este ano, após o fim do auxílio emergencial de R\$ 600, quando as dificuldades das populações vulneráveis aumentaram ainda mais.

No aniversário de Porto Alegre, dia 26 de março, foi realizado um drive-thru solidário no Largo

Zumbi dos Palmares, na Capital. Neste dia, foram arrecadadas 10 toneladas de donativos. As outras 7 toneladas foram angariadas em ato realizado pelas centrais sindicais no dia 1º de Maio, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre.

Apoie o financiamento coletivo on-line

Acesse o endereço e faça a sua doação:
apoia.se/abraceportoalegre

Foto: Arquivo Pessoal / Letícia do Nascimento



Mobilização reforçou “vaquinha” do coletivo Mães da Periferia

O Sintergs mobilizou servidoras e servidores para uma ação social em prol do Mães da Periferia. O coletivo autônomo atua com mulheres em situação de vulnerabilidade social em comunidades de Porto Alegre, Viamão e Alvorada. O objetivo foi ajudar a divulgar uma “vaquinha” e ampliar a arrecadação de recursos para investir na aquisição de uma sede fixa ou móvel, com espaço de acolhimento e

biblioteca. Até 22 de junho, a ação já contava com 75 apoiadores. Juntos, contribuíram com R\$ 7.210. A meta é arrecadar R\$ 10 mil.

Doe para o coletivo Mães da Periferia

Para participar, acesse:
vakinha.com.br/vaquinha/lute-como-uma-mae

O Sindicato que defende seus direitos, agora também garante muitos benefícios.

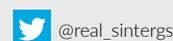


Novo cartão MasterClin Vantagens oferece economia em mais de 10 mil estabelecimentos físicos e on-line em todo o Brasil.

- Mais de 1.200 estabelecimentos credenciados no RS
- Descontos nas áreas de educação, saúde, comércio e serviços
- Acesso através de aplicativo, com filtros por segmento, cidade e geolocalização

Direção SINTERGS (Gestão 2020/2022):

Antônio Augusto Rosa Medeiros - Diretor-Presidente
Elpídio Jacques de Borba - Diretor 1º Vice-Presidente
Daniilo Luiz Krause - Diretor 2º Vice-Presidente
Angela Antunes de Souza - Diretora 1º Secretária
Joanes Machado da Rosa - Diretor 2º Secretário
Daniel Lima Gonzaga - Diretor Financeiro
Francisco Menegat - Diretor Financeiro Adjunto
Guilherme Toniolo - Diretor de Política Salarial
Humberto Periolo - Diretor Setorial, de Assuntos Funcionais e de Qualificação Técnica
Valdir Bandeira Fiorentin - Diretor de Comunicação
Nelcir André Varnier - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais
Raquel Fiori - Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde



Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS
Fone: 51.3025.0011 | sintergs@sintergs.com.br

www.sintergs.org.br

Coordenação: Valdir Bandeira Fiorentin
Edição e Textos: Bruna Karpinski e Karen Viscardi
Projeto Gráfico e Diagramação: Agência Bongô
Tiragem: 7.000 exemplares